



LAZZARATO, Maurizio. *Marcel Duchamp e il rifiuto del lavoro*. Milano: Edizioni Temporale, 2014.

Gustavo Bissoto Gumiero*

Na história da humanidade, nenhuma geração sacrificou tanto tempo ao trabalho quanto aquelas que tiveram o azar de nascer debaixo do domínio do capital. No capitalismo, a humanidade é condenada a trabalhos forçados em todos os níveis de produtividade atingidos. Toda invenção técnica, social e científica, ao invés de liberar do tempo de trabalho, estende ainda mais o domínio do capital sobre as nossas temporalidades.

Maurizio Lazzarato

A RECUSA DO TRABALHO: UMA AÇÃO DUCHAMPIANA

O filósofo e sociólogo italiano Maurizio Lazzarato, em seu livro *Marcel Duchamp e il rifiuto del lavoro*,¹ afirma que o artista francês Marcel Duchamp (pintor, escritor, poeta) viveu entre dois acontecimentos importantes. Esses eventos contribuíram para o enriquecimento da obra de Duchamp, a qual nos permite que hoje, no capitalismo contemporâneo, se repensem as categorias ação e tempo. Por um lado, na história da relação capital-trabalho, ele presenciava o fim da primeira fase da “formação forçada da força de trabalho”. Já na relação capital-arte, Duchamp vivenciava o início da integração da arte e do artista na lógica do mercado e nos imperativos do capital. Foi exatamente aí que nasceu a grande recusa de Duchamp: sua luta, ou melhor, seu ócio, sua “recusa do trabalho” eram formas de impedir o controle do seu tempo pelo capitalismo, tempo esse que se tornava tempo de trabalho ao ser colocado no mercado. Duchamp alertava que a arte também estava se subordinando ao capital, e por isso sua recusa partia do protesto de que nem mesmo a arte teria o direito de ocupar e comandar o tempo da própria vida. Tratava-se, sobretudo, de uma recusa subjetiva com relação ao trabalho assalariado.

A partir de então, o mundo tem assistido a uma crescente proletarização e precarização do trabalho dito “cognitivo” (o mercado da arte é seu protótipo): milhares de “artistas”, poucas obras adquiridas. O artista sempre trabalha, mas raramente recebe. Pensa ele não ter um “patrão direto”, mas, de qualquer maneira, ele está submetido aos dispositivos de poder capitalistas, que lhe forjam uma subjetividade. Por isso, a integração do artista no capitalismo deve ser encarada como uma “integração subjetiva”, e como tal regida pelas normas, regras e valores do capital.

* Mestre em Sociologia – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Endereço: Avenida. Dr. Heitor Penteado, 1770, Taquaral, CEP 13075-901, Campinas, SP. Telefone: (19) 3252-9377. E-mail: gustavo.gumiero@gmail.com.

¹ Marcel Duchamp e a recusa do trabalho, em uma tradução livre, inédito no Brasil.

Duchamp “lutava” exatamente para não se submeter aos papéis, funções e normas da sociedade capitalista. Para Lazzarato, ele nos permite operar essa “recusa” não somente como produção ou como produtividade. A recusa de Duchamp vai além desses critérios: trata-se de uma prática ético-política revolucionária. Lazzarato aponta que o *operaismo italiano* e os movimentos operários do século XX ensinaram que a greve era ao mesmo tempo uma recusa, um não movimento, uma “inoperação” radical, uma não ação, uma parada da produção que suspendia os papéis, as funções e as hierarquias da divisão do trabalho na fábrica” (LAZZARATO, 2014, p. 14-15).² Duchamp nos mostra que a recusa, que a “ação ociosa cria como possibilidade [uma] reconversão da subjetividade, inventando novas técnicas de existência e novos modos de vivenciar o tempo” (p. 15). Exatamente por a não ação ser uma tomada de posição, Lazzarato afirma que ela pode nos levar ao forjamento de uma nova “ética”, de uma nova “antropologia”.

Lazzarato afirma que o ócio (a recusa do trabalho) de Duchamp, apesar de ser devedora da recusa do trabalho do século XX (que ainda deixava seu “ócio” preso à questão do trabalho e, por isso, ao capital), ataca os três fundamentos da sociedade capitalista: a troca, a propriedade e o trabalho. O direito ao ócio duchampiano era e é capaz de destruir esses três pilares. O ócio de Duchamp deve ser, então, levado em conta como um novo “modo de habitar o tempo e o mundo”.

TODOS QUE AGEM SÃO ARTISTAS

Analisando a relação do artista com o público, Lazzarato percebe que a obra de Duchamp pode levar à reflexão do “processo criador” do artista como um processo de subjetivação. Duchamp afirma que arte significa “agir”. Ao operar essa radicalização, ele expande essa ação para todos, afirmando que todos aqueles que “agem” se tornam artistas. Lazzarato concorda, afirmando que o processo criador é inerente a todas as atividades, não se restringindo somente à “criação artística”. Duchamp, descrevendo não a produção do objeto artístico, mas o “mecanismo subjetivo que produz uma obra de arte”, revela-nos que o “artista” (no sentido usual do termo) atua, nesse processo de subjetivação, somente como um “meio”, sendo sua atividade promover “a emergência de focos de subjetivação [...] antes que a subjetividade se fixe em uma “repetição”, antes que os focos de mutação potencial subjetiva sejam cristalizados, virando hábitos” (p. 56). Trata-se da abertura de uma nova dimensão, de um “labirinto além do tempo e do espaço”, um tempo promovedor da gênese, um tempo que permite a proliferação de possíveis, em que o artista, para conseguir êxito, deve “não pensar em nada”. Ou seja, a condição para a criação de “novos blocos de possível” é a anestesia completa.

Diferentemente do capitalismo, para quem interessa somente o resultado final, ou seja, o objeto, “a produção de mais e mais dinheiro”, Duchamp ocupa-se do processo criador. Pouco lhe importa a “beleza estética” da obra. O que lhe interessa é que “o processo criador é um ato estético na medida em que muda e reconfigura o campo possível de experiência e constitui um dispositivo de fabricação de um novo sensível e de uma nova ‘matéria cinza’” (p. 58). E o artista, ao atuar como um “meio”, é capaz de levar o espectador (que também é “produtor”) a essa nova dimensão da experiência, uma experiência que, em vez de produzir “objetos”, produz uma série de relações.

² Todas as citações são extraídas da obra resenhada, exceto quando diversamente indicado.

Duchamp expressa a opinião que o artista nunca está “plenamente consciente” da sua criação, existindo sempre uma diferença entre o “projeto” e a “realização”. Isso acontece devido à impossibilidade de controle dos “efeitos que são produzidos no espectador porque este, por sua vez, intervém ativamente no processo, decifrando e interpretando a atividade do artista e aquilo que ela produz” (p. 57). Lazzarato denomina esse processo como “transferência de subjetivação” (entre o artista e o espectador). É este o processo capaz de operar a passagem de uma substância para outra, de um modo de subjetivação para outro (oscila entre os termos “osmose”, “transubstanciação”, “transmutação”).

PRODUÇÃO CAPITALISTA E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE – O VALOR

Ao entrar no mérito da dupla produção, Lazzarato nos leva, a partir de Duchamp, a pensar numa nova de definir o “valor”. O valor não existiria em si mesmo. O que cria o valor é a *relação* (no caso de Duchamp, ele afirma que sua obra é feita tanto por ele quanto pelo espectador). Lazzarato aponta que Duchamp, ao atribuir à obra um “valor social”, forja uma teoria relacional do trabalho, e não mais substancial, e que esse novo modo antecipa o funcionamento da economia contemporânea, a qual é dominada e regida pela finança, em que a especulação funciona como “a avaliação das avaliações” (Duchamp conferia um estatuto de “especuladores” aos parasitas que, apesar de estarem dentro da relação e constituírem também um “espectador”, não participam ativamente da produção, mas têm um grande poder na determinação do valor da obra). Para Lazzarato, a especulação é responsável por introduzir, na esfera da arte, o infinito da valorização capitalista (o dinheiro que produz dinheiro).

A (IM)POSSIBILIDADE DUCHAMPIANA

Lazzarato afirma que a ação ociosa, por conter possibilidades, por abrir a uma infinidade de “possíveis” (“um devir indeterminado que deve ser construído, inventado”), é muito mais rica que a ação capitalista, e que o resultado da ação ociosa é uma “pragmática existencial”, e não uma estética. Sendo assim, para agir, necessário é “viver diferente”, abrir-se às regiões não governadas pelo tempo nem pelo espaço. No capitalismo, essa ação hoje só pode ser gerada pela recusa do trabalho, que forja uma nova ética.

Nas sociedades de controle, a arte, sem a recusa do trabalho, torna-se uma nova técnica de governo da subjetividade, perdendo a sua capacidade de emancipação. “A arte contemporânea, sem a recusa do trabalho [...] torna-se uma presa fácil do capital, transformando-se em mais um dos recursos de estetização do consumo e também da relação de poder” (p. 58). Para Lazzarato, o caso emblemático é do artista *pop* Andy Warhol. Este, ao afirmar que a “arte dos negócios é o momento que sucede a Arte [...] ganhar dinheiro é uma arte, trabalhar também, os bons negócios são a mais bela das artes” (WARHOL, 1977, p. 92), submeteu a sua arte à lógica do mercado, e, por isso, essa mesma, ao ser tratada como uma “mercadorização absoluta”, não exprime qualquer rejeição ao poder.

Duchamp só conseguiu viver sem trabalhar porque herdou uma pequena herança e também porque contava às vezes com a ajuda de alguns colecionadores de arte abastados. Por isso, sabia ele da impossibilidade de que toda a sociedade viesse a viver do seu modo, a não ser que se efetuasse uma sua total reorganização.

Lazzarato afirma que, em vez de ter sacrificado sua vida pela arte, Duchamp demonstrou uma alta capacidade de agir, sempre pautado pela coerência de sua conduta e ética, pois a arte não é a única técnica possível para potenciar e ampliar nossa “capacidade de agir”.

Para Duchamp, não poder viver sem trabalhar coisa horrível é, e trabalhar para viver é uma “idiotice, mas esta é uma outra história” (p. 62). Lazzarato finaliza com a afirmação de que essa idiotice é a nossa história, porque ela ainda governa o mundo.

REFERÊNCIAS

LAZZARATO, M. *Marcel Duchamp e il rifiuto del lavoro*. Milano: Edizioni Temporale, 2014.

WARHOL, A. *The philosophy of Andy Warhol*. New York: Harvest, 1977.